

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ALINE BIRCHENER VILLA NOVA FLORENTINO

**INSURREIÇÃO DO QUEIMADO: UM GRITO DE LUTA E  
RESISTÊNCIA CONTRA A ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XIX.**

Projeto apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Licenciatura em História.

Orientador (a): Pablo Gatt

**CONCEIÇÃO DA BARRA**  
**2024**

ALINE BIRCHENER VILLA NOVA FLORENTINO

**INSURREIÇÃO DO QUEIMADO: UM GRITO DE LUTA E  
RESISTÊNCIA CONTRA A ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XIX.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de História  
da Universidade Federal do Espírito Santo,  
como requisito parcial para a conclusão do  
curso de graduação em Licenciatura em  
História.

Orientador (a): Dr. Pablo Gatt

**CONCEIÇÃO DA BARRA  
2024**

ALINE BIRCHENER VILLA NOVA FLORENTINO

**INSURREIÇÃO DO QUEIMADO: UM GRITO DE LUTA E  
RESISTÊNCIA CONTRA A ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XIX.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de História  
da Universidade Federal do Espírito  
Santo, como requisito parcial para a  
conclusão do curso de graduação em  
Licenciatura em História.

Aprovada em            de            de  
2024.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Professor Doutor Plablo Gatt  
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES  
Orientador

---

---

---

“Oh! queimado,  
Ao olhar para suas ruínas,  
Símbolo dos ideais de liberdade,  
Tenho a ilusão de que ouço ainda  
Os gritos de protestos daqueles heróis  
Ante as vãs promessas de alforria.  
Ouço o desmoronar das paredes  
Que tombavam junto com o sonho.  
Ouço os gritos rudes de seus algozes  
Contra os seus clamores de liberdade.  
As paredes ruirão, ante o nosso descaso.  
Não importa. Caiam as paredes e virem pó.  
Nós reergueremos o sagrado monumento  
Em honra do suor e sangue de seus mártires.  
Viva Chico prego e todos os heróis da liberdade,  
Viva São José do queimado.”

João Roberto Vasco Gonçalves

Agradeço a Deus por me permitir alcançar minha sonhada graduação em História, em meio a tantas dificuldades que enfrentei ao longo deste trajeto.

Ao meu esposo Daniel, que é o meu maior entusiasta.

Ao meu tutor Flávio Martins, pela paciência e pelas doses de motivação, e por acreditar no meu potencial, quando nem eu mesma acreditava.

Às professoras Édina Moraes e Rute Moreira por todo apoio e socorro nos momentos difíceis.

Aos colegas, Aline e Wallace pelas ajudas mútuas.

À coordenadora do curso Dra. Patrícia Merlo, pela humanidade, carinho e respeito que conduz esse valioso curso.

Ao meu orientador, Dr. Pablo Gatt, por toda gentileza ao me orientar e transmitir a mim os ensinamentos que possibilitaram a realização deste trabalho.

## RESUMO

A Revolta de Queimados foi um movimento de insurreição ocorrido na província do Espírito Santo, Brasil, em 1849. Esse levante é um dos mais notáveis na história do Brasil por ter sido protagonizado por escravos, algo relativamente raro na historiografia nacional. O contexto dessa revolta está inserido em um período conturbado da história do Brasil, onde a luta pela liberdade dos escravos estava se intensificando. A região do Espírito Santo tinha uma economia predominantemente agrícola, com um uso intensivo de mão de obra escrava nas plantações de café e cana-de-açúcar. A insatisfação entre os escravos era alta devido às péssimas condições de vida e trabalho. A Revolta de Queimados foi um marco na luta contra a escravidão no Brasil. Embora não tenha resultado na liberdade dos escravos envolvidos, o evento chamou a atenção para a crueldade do sistema escravocrata e a necessidade de reformas. A repressão violenta da revolta demonstrou a resistência dos escravos e sua disposição para lutar por liberdade, contribuindo para o crescente movimento abolicionista no país.

**Palavras-chave:** Escravidão; Escravizados; Liberdade; Espírito Santo; Revolta.

## **ABSTRACT**

The Queimados Revolt was an insurrection movement that took place in the province of Espírito Santo, Brazil, in 1849. This uprising is one of the most notable in the history of Brazil for having been led by slaves, something relatively rare in national historiography. The context of this revolt is inserted in a troubled period in the history of Brazil, where the struggle for the freedom of slaves was intensifying. The region of Espírito Santo had a predominantly agricultural economy, with an intensive use of slave labor in the coffee and sugarcane plantations. Dissatisfaction among slaves was high due to the poor living and working conditions. The Queimados Revolt was a milestone in the fight against slavery in Brazil. Although it did not result in the freedom of the slaves involved, the event drew attention to the cruelty of the slave system and the need for reforms. The violent suppression of the revolt demonstrated the resistance of the slaves and their willingness to fight for freedom, contributing to the growing abolitionist movement in the country.

**Keywords:** Slavery; Enslaved; Freedom; Holy Spirit; Revolt

## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 01 – Ruína da igreja de São José do Queimado .....	10
Imagem 02 – Igreja de São José ainda preservada.....	14
Imagem 03 – Fragmento do jornal Correio d Victória (1849) .....	24

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2. CAPÍTULO I</b>	<b>10</b>
2.1. CONHECENDO A PROVÍNCIA DE QUEIMADO E CONTEXTUALIZANDO FATOS	10
2.2. A PROVÍNCIA	12
<b>3. CAPÍTULO II</b>	<b>17</b>
3.1. SOBRE A ESCRAVIDÃO NO ESPÍRITO SANTO	17
3.2. DO LEVANTE	17
<b>4. CAPÍTULO III</b>	<b>31</b>
4.1. DESDOBRAMENTOS DA INSURREIÇÃO DO QUEIMADO PARA A POSTERIDADE	31
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>32</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>34</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Insurreição de Queimados, ocorrida em 1849 na província do Espírito Santo, representa um marco significativo na história das lutas escravas no Brasil. Este evento destaca-se não apenas pela coragem e determinação dos escravos que se revoltaram contra a opressão e a injustiça, mas também pelo contexto social e econômico que o cercava, revelando aspectos cruciais da sociedade brasileira do século XIX.

A relevância desta pesquisa está em várias frentes. Podemos elencar a questão primordial que evoca o contexto histórico. A Insurreição de Queimados ocorreu em um período de intensa transformação política e social no Brasil, durante o Segundo Reinado. Estudar este evento ajuda a compreender melhor as dinâmicas sociais e econômicas da época, bem como a resistência dos escravos em busca de liberdade e justiça. Desse modo, esse evento carrega consigo uma contribuição para a História do Espírito Santo. Apesar de ser um evento importante, a Revolta de Queimados é frequentemente subestimada na historiografia brasileira. Esta monografia visa preencher essa lacuna, oferecendo uma análise detalhada e abrangente sobre o impacto da revolta na história da província do Espírito Santo e sua contribuição para o movimento abolicionista no Brasil.

Ao estudarmos também essa revolta elencamos as questões sociais e econômicas. A análise das condições de vida e trabalho dos escravos, bem como das promessas de alforria não cumpridas, proporciona uma visão aprofundada das injustiças sociais da época. Este estudo pode contribuir para o entendimento das raízes das desigualdades sociais no Brasil, bem como das formas de resistência e luta por direitos.

Por outra perspectiva, esse estudo revela a importância da atividade cultural. A revolta também possui significado cultural relevante, pois representa a voz e a ação de um grupo historicamente marginalizado. Assim como, traz consigo uma relevância atual. Compreender eventos históricos como a Insurreição de Queimados é essencial para refletir sobre questões contemporâneas de justiça social e direitos humanos. O estudo deste episódio histórico pode oferecer alertas valiosos para debates atuais sobre racismo, desigualdade e memória histórica, inclusive, acerca da falta de abordagem

sobre esse levante que, apesar de tão significativo para nossa história, é tão pouco contemplado.

Em suma, esta monografia pretende não apenas resgatar a memória da Insurreição de Queimados, mas também contribuir para uma compreensão mais ampla das lutas sociais no Brasil, destacando a importância de reconhecer e valorizar a resistência dos escravos como parte integrante da história brasileira. Através desta pesquisa, espera-se fomentar uma maior valorização da história dos afrodescendentes e das suas contribuições para a construção da sociedade brasileira.

Além dos quilombos, as revoltas e insurreições foram comuns durante o regime de escravidão negra. No Espírito Santo, a insurreição mais notável foi a do Queimado. O movimento aconteceu em 1849, na freguesia do Queimado, área que pertencia a Vitória, mas que hoje está localizada na Serra.

Esse trabalho tem como temática central, a escravidão e os significados da liberdade para os escravos envolvidos na Insurreição do Queimado. Como recorte temporal estabelecido, o período que vai de 1845 a 1850. Tal recorte se justifica por ser 1845 o ano do início da construção da igreja (cenário da insurreição) em homenagem a São José, na então freguesia do Queimado, sob a supervisão do missionário capuchinho frei Gregório Maria de Bene, e 1850 ser o ano em que os principais líderes da Insurreição são condenados e sentenciados à morte. No Brasil, o período escravista embutiu-se em todas as facetas do cotidiano; logo, primeiramente faz-se necessário estabelecer uma perspectiva acerca dos vários setores da vida e das formas de se viver no país, a partir do século XVI, com a chegada dos primeiros negros escravizados, até a completa abolição da escravatura, no final do século XIX.

Dito isto, podemos questionar: Qual a relevância da insurgência negra do Queimado para pensarmos as várias formas de resistência do negro ao sistema escravista, mais especificamente na província do Espírito Santo, nos oitocentos? Porque a Insurreição do Queimado é considerada, pela historiografia capixaba, como o mais expressivo movimento dos negros escravizados na província do Espírito Santo? Seria ela, uma organização política dos escravizados daquela localidade? Qual o legado social/cultural desse levante para o movimento negro?

Ao tomarmos a história da cultura afro-brasileira a partir da memória da Insurreição do

Queimado, verifica-se sua importante contribuição político-econômica e cultural para a história deste país, principalmente pela coragem e resistência dos negros escravizados no enfrentamento do poder imperial da época, meados do século XIX, e pela colocação em xeque das questões das desigualdades raciais do Espírito Santo.

O presente trabalho tem como objetivo geral desenvolver uma reflexão sobre a Insurreição de Queimado, levando em consideração o contexto social do sistema escravista que serviu de palco para esta revolta, e também o seu impacto para uma mudança político-econômica e cultural para a história deste país.

Além disso, este trabalho tem como objetivos específicos valorizar e reconhecer a luta dos escravos como parte fundamental da formação da identidade espírito-santense e brasileira

Registrar a importância de preservar os registros históricos e debates sobre o tema, pois apesar de importante, o movimento tem pouco conhecimento, contextualizando a questão da Escravidão no Brasil do Segundo Reinado, mostrando viés da política de escravidão dentro do contexto do Espírito Santo.

Para tal finalidade, tipo de pesquisa utilizada nesse trabalho será a qualitativa, a partir da pesquisa bibliográfica e da releitura das fontes primárias a que sem tem conhecimento. Tomar-se-á, como referenciais, novas abordagens teóricas, metodológicas e conceituais, objetivando à construção de uma narrativa que privilegie o processo político que resulta na Insurreição, bem como a desconstrução de duas abordagens tradicionais na historiografia do negro e da escravidão no Brasil de livros, artigos e teses que permitirá a análise de textos de estudiosos do tema, nos levando a conhecer não somente a Revolta de Queimados, mas também o contexto social que precedeu o levante.

Para Gil (2002) a pesquisa bibliográfica constitui-se:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Segundo Barros (2008), ainda dentro desta seção do projeto, que às vezes é denominada apropriadamente de “FONTES E METODOLOGIA”, o pesquisador deve também “descrever os materiais sobre os quais irá trabalhar [...]. No caso da História,

esta espécie de matéria-prima fundamental [...] é a “fonte” ou o “documento histórico” (p. 16-17).

Esse tipo de pesquisa é que irá possibilitar que a área de estudo seja delimitada e que o problema possa finalmente ser definido. O que geralmente ocorre é que, ao longo desta fase, o estudante acaba selecionando uma subárea de estudo que, por ser bem mais restrita, irá possibilitar uma visão mais clara do tema de sua pesquisa e conseqüentemente o aprimoramento do problema de pesquisa.

Ao analisar a Insurreição de Queimados dentro do sistema escravista no Brasil, destacando as condições socioeconômicas e políticas que levaram ao levante, faz-se necessário discutir as motivações e estratégias dos escravizados envolvidos na revolta, identificando as formas de resistência e as redes de solidariedade estabelecidas. Podemos também explorar as conseqüências imediatas e a longo prazo da insurreição, tanto para a comunidade escrava quanto para a sociedade capixaba, avaliando sua influência no movimento abolicionista e na memória coletiva da resistência negra.

Baseando-se na teoria pós-colonial que examina as conseqüências do colonialismo e as formas como os povos colonizados resistiram, reagiram e se adaptaram ao domínio colonial. Essa teoria é essencial para entender a Insurreição de Queimados porque oferece ferramentas para analisar como os escravizados, marginalizados pelo sistema colonial, desenvolveram estratégias de resistência contra a opressão.

Embora possa ser considerada uma breve insurreição, a Revolta de Queimado se tornou um marco de memória no Espírito Santo e recebe, atualmente, grande atenção, principalmente por parte das organizações sociais da população negra, enquanto referência da resistência negra nos tempos da escravidão.

## 2. CAPÍTULO I

### 2.1. CONHECENDO A PROVÍNCIA DE QUEIMADOS E CONTEXTUALIZANDO OS FATOS



Disponível em: Ruínas do Queimado: a revolta por liberdade de negros escravizados no ES | A Gazeta

A Revolta de Queimados, ocorrida em 1849 no Espírito Santo, é um evento marcante na história do Brasil, mas por muito tempo foi relativamente pouco estudada em comparação com outras revoltas escravas. Este balanço historiográfico visa sintetizar as principais abordagens e interpretações dos historiadores sobre a revolta, destacando os avanços e lacunas na pesquisa.

Nas primeiras décadas após o evento, a Revolta de Queimados recebeu atenção limitada dos historiadores. Os relatos existentes eram muitas vezes superficiais e centrados na perspectiva dos senhores de escravos e autoridades coloniais. As narrativas iniciais tendiam a descrever a revolta como um distúrbio isolado, destacando a violência dos escravos e justificando a repressão severa pelas forças da ordem.

A partir do final do século XIX e início do século XX, a historiografia brasileira começou a consolidar-se, e eventos como a Revolta de Queimados foram

ocasionalmente mencionados em estudos sobre a escravidão. No entanto, esses estudos frequentemente tratavam a revolta como um episódio menor, sem explorar profundamente suas causas e consequências. A ênfase permanecia nos aspectos econômicos da escravidão, com pouca atenção às ações e motivações dos escravizados.

Com a ascensão de novas abordagens historiográficas nas décadas de 1970 e 1980, especialmente influenciadas pelos movimentos sociais e pela historiografia marxista, houve um renovado interesse pelos episódios de resistência escrava. Historiadores como Jacob Gorender (1990) e Clóvis Moura (2022) começaram a explorar a revolta sob uma nova luz, enfocando as condições de vida dos escravos, suas formas de resistência e as implicações sociais e políticas da revolta.

Nas últimas décadas, a Revolta de Queimados passou a receber uma atenção mais sistemática e detalhada. Pesquisadores contemporâneos têm explorado fontes primárias, como documentos judiciais, registros paroquiais e correspondências, para reconstruir uma visão mais completa e nuançada do evento. Estudos como os de Robert Slenes (2012) e João José Reis (1986), que analisam a vida cotidiana dos escravos e suas estratégias de resistência, têm contribuído significativamente para um entendimento mais profundo da revolta.

Esses estudos recentes destacam vários aspectos importantes, tais como as condições sociais e econômicas. Analisam essas condições que levaram à revolta, incluindo a promessa de alforria não cumprida e a exploração extrema nas plantações; ação coletiva e liderança: investigam a organização dos escravos, suas redes de solidariedade e as lideranças que emergiram durante o levante; repressão e consequências: examina a resposta das autoridades e as repercussões da revolta para a comunidade escrava e a sociedade capixaba como um todo; memória e legado: exploraram como a Revolta de Queimados tem sido lembrada e comemorada na história local e nacional, contribuindo para a construção de uma memória coletiva da resistência escrava.

Apesar dos avanços, ainda existem lacunas significativas na historiografia da Revolta de Queimados. A pesquisa poderia se beneficiar de: mais estudos locais: Investigações detalhadas sobre as especificidades regionais do Espírito Santo e como a revolta se inseria no contexto local; perspectivas dos escravizados: Um foco maior nas vozes e perspectivas dos escravos, utilizando fontes como relatos orais e narrativas pessoais; interdisciplinaridade: abordagens que integrem história, antropologia, sociologia e outros campos sociais para uma compreensão mais rica e multidimensional do evento.

O balanço historiográfico da Revolta de Queimados mostra uma evolução significativa, de narrativas superficiais e eurocêntricas para análises mais complexas e centradas no agir dos cativos. Contudo, o campo ainda está em desenvolvimento, e há muito espaço para novas pesquisas que aprofundem nosso entendimento sobre este importante evento da história brasileira.

## 2.2. A PROVÍNCIA



Acervo pessoal

A província do Espírito Santo, no final do século XVIII e início anos 1800, encontrava-se no processo de construção e de consolidação de uma ordem políticoadministrativa que, definitivamente, garante a continuidade da capitania, em sua transição para província. Segundo o historiador Estilaque Ferreira dos Santos (2002), esse período foi decisivo na construção de uma identidade territorial, sendo certo no sentido de consolidar uma identidade territorial para a capitania do Espírito Santo.

Consultando o material disponível sobre os anos de 1822 e 1823 na Província do Espírito Santo, as informações revelaram-se bastante precárias. Sabe-se ter havido a instalação de uma Junta Provisória para garantir a adesão dos locais à causa da separação entre Brasil e Portugal. O governo provisório não implementou qualquer alteração

fundamental na estrutura administrativa vigente. Deu-se ainda, no mesmo período, a importante elevação de Vitória à condição de cidade, graças ao Decreto Imperial de 24 de fevereiro de 1823, extensivo a todas as sedes de governos provinciais (CAMPOS, 2002, p. 143).

A escravidão, cravou uma marca nefasta na trajetória do Brasil. No Espírito Santo não foi diferente. De acordo com Maciel (2016, p. 54), “documentos da história capixaba dão indicações de que por volta de 1550 já existiam, nesta terra, escravos negros, tal vez trazidos de Portugal pelos conquistadores. Entretanto, oficialmente, a importação de força de trabalho diretamente da África só ocorreu após 1561”.

A presença de cativos, no Espírito Santo, é datada desde o século XVI e sua concentração se deu a partir da necessidade de produzir a subsistência da capitania e, posteriormente, da província. Ao lado do índio, cuja a mão-de-obra não prosperou, foi o braço negro a principal força de trabalho – primeiramente, no cultivo da cana-de-açúcar e da mandioca, e, em seguida, nas plantações de café.

No início do século XIX, após três séculos de colonização a capitania do Espírito Santo – ou a Capitania, simplesmente, como era chamada – ainda não havia sido conquistada aos índios. Nos primeiros séculos, os jesuítas fizeram um paciente trabalho de catequese e aldeamento, mas as florestas continuaram dominadas pelos índios, e, depois da expulsão dos religiosos, grande parte voltou à vida livre (SALETTTO, 1996, p. 25).

Grande parte desses escravos tinha seu lugar nas plantações de cana-de-açúcar ou na então recente lavoura do café, segundo Nara Saletto (1984). Durante o século XIX, grande parte da população escrava, na província, tinha sua distribuição quase que intimamente relacionada à demanda de mão de obra. Até meados do século XIX, o Espírito Santo teve grande parte de sua economia baseada na cultura canavieira, de longa tradição colonial (ALMADA, 1984).

(...), o governador Francisco Alberto Rubim, em sua Breve Estatística de 1818, registra a existência de 75 engenhos, Saint Hilaire menciona 60 engenhos de açúcar em toda a província, na mesma época. No baixo Itapemirim desenvolvia-se a produção do açúcar em grandes fazendas, com nove engenhos reais e muitos lavradores de cana. (...), sendo a maior a de Araçatiba, antiga fazenda dos jesuítas, à margem

do rio Jucu (SALETTTO, 1996, p. 27).

De fato, o trabalho foi a práxis fundamental dos escravos durante todo o período de vigência do sistema escravista; no século XIX, sendo este formadores de grande parte da população da província. Segundo a historiadora Nara Saletto (1996), o percentual de escravos era considerável, em relação ao número de habitantes. No censo de 1824, a província contava com 35.000 habitantes, número significativo para a pequena ocupação do território, na época.

Nas regiões mais povoadas e economicamente importantes da província concentrava-se o maior número de escravos. Em 1824, a Comarca de Vitória contava com mais da metade da população escrava da província, a região do Itapemirim com cerca de 1/4, seguidos de São Mateus e Serra. Em 1856, houve um acréscimo significativo no número de cativos, na região do Itapemirim, em relação da Comarca de Vitória respectivamente. Isso se deve ao crescimento da cultura cafeeira no local; em 1872, Itapemirim conta com um contingente de escravizados superior ao de Vitória.

É interessante notar que, por volta de 1872, em Vitória, a maioria dos escravos era de jovens com menos de 20 anos, 2.387 eram lavradores e 1.316 trabalhavam em serviços domésticos. Aliás, 43,6% dos escravos eram crianças de menos de 16 anos. Enquanto só podiam ser considerados velhos só 15,5% do total de 6.919 escravos da região (MACIEL, 1994, p. 30).

Segundo Robson Martins (2002):

O desenvolvimento da produção de café intimamente relacionado com o crescimento da população livre e escrava e com sua distribuição desigual entre as regiões norte, centro e sul do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX (p. 193).

Em meados de 1884, havia aproximadamente um milhão de escravos nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, o que correspondia ao dobro do número de cativos nas províncias do nordeste. A produção agrícola abrigava grande parte do conjunto dos escravos da província. Mesmo nos últimos anos do século XIX, com o crescente processo de urbanização, que, no Espírito Santo, só ocorre de fato no século XX, a população escrava se concentra nas chamadas áreas rurais e nos arredores dos pequenos núcleos urbanos, como no caso dos escravos

envolvidos na insurreição do Queimado.

Os números correspondentes à densidade demográfica, dos Oitocentos, ainda são inconclusivos por falta de uma sistematização das poucas fontes existentes e de um trabalho diligente que construa uma demografia mais próxima da realidade dessa época. Contudo, podemos afirmar que, de maneira geral, até 1890, o número de escravos e de pretos forros vem paulatinamente diminuindo em relação ao de homens livres na província, por conta das leis anti escravagistas, da compra e da concessão de alforrias (MACIEL, 1994, p. 27).

O processo que leva ao fim da escravidão foi muito lento. Pode-se dizer que ele começou já com as lutas dos primeiros escravos e foi acelerado pelas revoltas, pelas fugas e pelas formações de quilombos. Entretanto deve-se considerar também a legislação que põe fim ao tráfico, a ação dos abolicionistas e a aprovação e aplicação de leis (...), a lei do ventre-livre, a lei do sexagenário e a lei Áurea (MACIEL, 1994, p. 57).

A província do Espírito Santo, assim como o restante do império do Brasil, foi palco de insurreições, de fugas e de formação de quilombos, ao longo do século XIX. No Espírito Santo, os estudos sobre a resistência à escravidão têm-se concentrado especialmente nas últimas décadas que antecedem à proclamação da lei Áurea, uma vez que são raras as menções a revoltas cativas no período que antecede aos anos de 1850 (como o caso de Queimado). Contudo, podemos confirmar, a partir de diversos registros, que a resistência dos escravizados e a busca por liberdade é fato já no início do século XIX. O expressivo número de cativos e sua concentração em determinadas áreas influenciaram muito as ações emancipatórias da população escrava, na província.

Mesmo em número reduzido de registros, as formas coletivas de resistência, como insurreições e fugas coletivas, são uma realidade na província, no período dos Oitocentos. Destacam-se três episódios: o primeiro, na comarca de Nossa Senhora da Vitória, em 1800; o segundo, na Vila da Serra e região do então distrito de São José do Queimado, em 1822; em São Mateus, já no final de regime de escravidão, em 1885. Importante foco de concentração de escravos, a região central da província é composta pela sede da administração provincial, Vitória, e pelas localidades de Cariacica, Queimado, Vianna e a vila do Espírito Santo. A cidade de Vitória, no século XIX, é um mundo em transformação, principalmente a partir de 1840, em que os

negros, fossem cativos, forros ou livres, buscavam seu espaço na sociedade da época. Segundo a professora e historiadora Patrícia Merlo (2003), há, nos espaços públicos da comarca de Vitória, a presença expressiva de escravos, além de homens livres (brancos, pretos e pardos), e imigrantes europeus. Os relacionamentos são marcados por conflitos próprios de uma sociedade em que há busca e constante redefinição dos papéis identitários. No século XIX, negros (escravos ou forros) e imigrantes procuravam seu espaço na sociedade, e os contatos entre essas pessoas não se caracterizavam por uma animosidade em especial ou por uma competição ligada ao mercado de trabalho, ainda não existente no sentido moderno (SOARES, 2004).

Os negros buscavam ter sua liberdade como cidadãos e ser inseridos de forma digna na sociedade e esse desejo crescente só aumentava a tensão social da época.

### 3. CAPÍTULO II

#### 3.1 SOBRE A ESCRAVIDÃO NO ESPÍRITO SANTO

A escravidão moderna é um dos temas mais estudados da história do Ocidente, em seus vários aspectos; essa vem sendo alvo de interesse de historiadores americanos, de europeus e, recentemente, de africanos, que têm se dedicado a pesquisá-la. No Brasil, o período escravista impregnou todos os aspectos do cotidiano; logo, primeiramente faz-se necessário estabelecer um panorama acerca dos vários setores da vida e das formas de se viver no país, a partir do século XVI, com a chegada dos primeiros negros escravizados, até a completa abolição da escravatura, no final do século XIX.

Dos anos de 1450 ao final do tráfico atlântico, em meados do século XIX, mais de 11 milhões de africanos foram enviados para as Américas; desse número, 40% foram enviados ao Brasil. Pelos portos do Rio de Janeiro e Bahia (Salvador, presumivelmente) entraram respectivamente cerca de 800 mil e 700 mil escravos. No período compreendido entre a metade do século XV III e a metade do século XIX, estima-se que de 100 a 150 mil eram originários do Sudão Central (CAIRUS, 2002, p. 10).

A Inglaterra, principal “parceira” comercial do Brasil, desde a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a consequente elevação do Brasil como sede do Império Português, inicia um duro ataque ao tráfico negreiro transatlântico. Com a consolidação da independência, em sete de setembro de 1822, a Inglaterra estabelece a assinatura de um tratado que proíbe e torna crime o comércio de negros no Atlântico, como pré-condição para reconhecer o Brasil como nação soberana. Segundo José Murilo de Carvalho (1988), tal fato inicia o processo de Abolição no Brasil, com a instituição de leis que vão, paulatinamente, abolindo a escravidão, mesmo com a oposição das elites agrárias do sul-sudeste. Essa situação se traduz em duas questões: 1) na construção do Estado e de uma Elite Nacional, 2) na instabilidade social que marca o período imperial no Brasil. Conforme esse autor (1988), o Primeiro Reinado é marcado pela geração mútua do Estado Nacional e de uma elite brasileira, assim como de levantes, de revoltas e de insurreições, tanto no meio rural, quanto no meio urbano. As revoltas podem ser divididas em dois grandes grupos. O primeiro, seguiu-se imediatamente à abdicação de Pedro I e perdurou até 1835, um ano depois da morte deste príncipe e da promulgação do Ato Adicional. O segundo, foi posterior ao Ato Adicional e só terminou no Segundo Reinado (CARVALHO, 1988, p. 230). Do século XIX em diante, a forma mais comum de relacionamento social da sociedade colonial, que girava em torno dos senhores e dos escravos, começa a ser substituída

por outras formas de relacionamento marcadas pela resistência à exploração. A partir dessa data, cria-se uma constante tensão no sistema de relações sociais, que se dá entre o enorme contingente de negros escravizados, de negros forros (ex-escravos) e seus descendentes, os proprietários de terras, os senhores de escravos e os homens brancos livres. O desejo de liberdade e as diversas formas de resistência à escravidão – levadas a cabo pelos negros desde o período colonial, intensificam-se; esse quadro alia-se configuração de uma nova elite oriunda do meio rural e urbano, formada, agora, cada vez mais por brasileiros de nascimento. A política de imigração torna-se, então, uma das vias para solucionar os problemas acima mencionados. Para Gilda Rocha (2000, p. 24), a instalação de pequenas propriedades, no Estado brasileiro, por meio da imigração, visava a promover o povoamento, a fazer a transição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre, disponibilizando trabalhadores para a então emergente lavoura cafeeira.

Na província do Espírito Santo, pronunciamentos na Assembleia Provincial tornam notória que a imigração se constituiu em uma política de povoamento da terra. Pouco se fala na utilização do imigrante como força de trabalho, como no caso do oeste paulista. Nesse sentido, a imigração no Espírito Santo se aproxima do modelo encontrado no sul do país (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina). Nessas províncias, a localização do imigrante se dá em pequenas propriedades e no estabelecimento de pequenos núcleos urbanos. Até 1850, nosso estado era povoado somente em uma estreita faixa litorânea composta por vilas de pescadores e por núcleos fundados, no período colonial, por jesuítas, como: Vitória, Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Benevente e Guarapari.

Havia também algumas freguesias, como a de São José do Queimado, na Serra, e as do interior (a de Cachoeiro e a de Alegre). Estas atendiam a um interesse de povoamento do sertão, objetivando, além da criação de uma economia, mesmo que de subsistência, a garantir as fronteiras da província. Os negros escravizados se constituíam na principal mão-de-obra disponível, tendo sua demanda aumentada pela expansão da cultura cafeeira, principalmente na região sul da província (ALMADA, 1984).

Segundo leituras de artigos sobre essa temática a obra do historiador e professor Flávio Gomes, em seu livro *Negros e Política (1888-1937)*, em que este afirma que:

Ao longo do século XIX, são vários os episódios – apesar das poucas

narrativas da historiografia – em que a questão racial envolvendo libertos, africanos e “homens de cor” foi colocada em pauta. É possível recompor expectativas e projetos políticos tanto de escravos como dos setores de homens pardos e negros letrados, mesmo na Independência e no período 16 regencial. [...] Nas últimas décadas da escravidão, movimentos abolicionistas e projetos de lei foram acompanhados tanto por um processo de fuga em massa dos escravos como por intensa mobilização popular, principalmente nas cidades. Essa é uma história que ainda não foi escrita (GOMES, 2005, p. 9).

A investigação histórica capixaba ainda demanda pouca atenção às questões que envolvem a presença do sujeito negro, no Espírito Santo. A obra *Insurreição de Queimado*, escrita por Afonso Cláudio, lançada em 1884, é uma monografia sobre um levante de escravos. Sua escrita foi algo que a princípio, foi negado, pois fora escrito por um homem da elite intelectual da então província do Espírito Santo, no século XIX, obra esta importante dentro desta temática, trazendo à luz o levante de escravizados em busca de liberdade

O negro escravizado era visto por duas abordagens que precisam aqui neste trabalho serem desmitificadas. A primeira é a que trata o negro cativo como vítima de um sistema opressor, em que a violência física e psicológica é tida como um imperativo do qual o negro não teria como escapar, a necessitar de um “libertador” que o salve da subjugação. A segunda, é a visão do negro rebelde, daquele tido como o único que resiste. Tal subdivisão acaba por criar duas categorias distintas, na visão acerca do negro - aqueles ditos acomodados, e os que resistem, o que acaba por situar o negro além dos marcos da resistência heroica. O ponto de vista que norteia esse trabalho insere-se na luta política dos escravos do Queimado, na busca pela liberdade na longínqua região do Queimado, nos momentos que antecedem à abolição. A rede de ações que antecede o dia 19 de março de 1849 se traduz no que segundo Chalhoub (1990) denominou como espaços de liberdade e hoje nos utilizamos dessa expressão, a definir-se como uma espécie de “onda” libertária, na medida em que busca negociar a liberdade e exercitar o diálogo como forma de fazer ou de promover políticas cotidianas emancipatórias.

As revoltas e os tumultos nos revelam as contradições existentes em uma determinada rede relacional, desmascarando a hegemonia, o consenso e a harmonia social preexistentes na forma dos códigos sociais definidos na lei.

### 3.2. DO LEVANTE

Pode-se deduzir que o anseio de liberdade dos escravos de fato ensejou uma rebelião que se tornou um “efêmero movimento”, como descreve Afonso Cláudio em 1884, culminando em um processo trágico que marcou para sempre a história da Freguesia de Queimado e arredores.

Nesse sentido, a memória individual e coletiva na qual alguns autores se basearam para entender melhor essa rebelião muito pode acrescentar aos fatos registrados da história. No entanto, fica a capacidade, de cada parte envolvida, seja dos vencidos ou dos vencedores, em se sobrepor um ao outro como nos reporta Le Goff:

[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.

Contudo, cabe acrescentar, dentro do contexto histórico republicano e positivista em vigor na época, que partidários da ideologia abolicionista tentavam acabar com a escravidão no Brasil, regime que os mesmos consideravam uma vergonha, não propriamente por motivos humanitários, segundo Zon:

Afonso Cláudio de Freitas Rosa, publicou em seu livro intitulado *Insurreição do Queimado em 1884*. Foi o primeiro governador do Estado do Espírito Santo em 1889, após a Proclamação da República do Brasil em 1888.

[...] Recentes estudos históricos indicam que os abolicionistas desejavam extirpar a escravidão não pela simpatia nutrida pelos trabalhadores escravos, mas por mostrar-se o regime escravocrata incompatível com as ideias liberais importadas da Europa e com o sistema político e econômico que almejavam fazer vigorar no país.

No tocante à insurreição, a mesma aconteceu enquanto Queimado ainda pertencia à Vitória, capital da província, e com maiores condições de combatê-la, como o fez, fato que a coloca como um dos levantes escravistas mais importantes, acontecido no

Espírito Santo, pela sua magnitude. Porém, não foi o primeiro, mas o mais significativo por ter servido de exemplo, para alguns autores, diante dos vários e pequenos levantes que vinham acontecendo na Província desde então.

Segundo Daemon (1879), em 1822 houve uma rebelião escrava na então Freguesia da Serra, vinda de vários lugares como, Jacaraípe, Una, Tramerim, Queimado e Pedra da Cruz, cujo levante foi sublevado com o controle do Juiz local e os escravos castigados. De acordo com o autor:

[...] o levante tinha pôr fim a liberdade geral, e para o que haviam todos os escravos comparecido à missa armados de armas de fogo, facas e paus, a fim de obrigarem o vigário a ler-lhes as cartas de liberdade, sendo o cabeça desta sedição Antônio, escravo de Maria Madalena. Esta constatação está baseada no estudo introdutório do historiador Estilaque Ferreira dos Santos na reedição do livro de Daemon (2010, p. 44-55).

Essa breve insurgência negra, segundo Rosa, teve uma apresenta proximidade muito curiosa com relação à Insurreição que aconteceria 27 anos mais tarde na Freguesia de Queimado, pois de acordo com ofício do Juiz da Freguesia da Serra, houve uma aglomeração de escravos, armados, que durante a missa exigiram a liberdade, contando também com o apoio do padre local para lograrem êxito.

Entre 1822 até 1849 foram detectados pequenos levantes, fuga de escravos, que na formação de quilombos causaram distúrbios em vários lugares, segundo Daemon. Porém, o que nos importa é saber se a fuga dos escravos contribuiu para o surgimento de quilombos na província, como atestam alguns relatórios governamentais. Isso pode ter servido de estímulo para os escravos de Queimado e redondezas sonharem com a possível liberdade.

A proporção que o movimento tomou está aliada ao fato de que poucas foram as revoltas e as insurreições escravas, na província do Espírito Santo, nos oitocentos, bem como ao fato do número significativo de escravos que dela tomaram parte. Todos esses fatores fizeram da insurreição escrava, na freguesia do queimado, a mais importante ocorrida na província do Espírito Santo na época. A história da insurreição faz parte de um processo maior, que se configura na luta dos trabalhadores negros escravizados em busca de liberdade.

Então vamos aos fatos históricos: Em abril de 1845, andando e epexlorando a região,

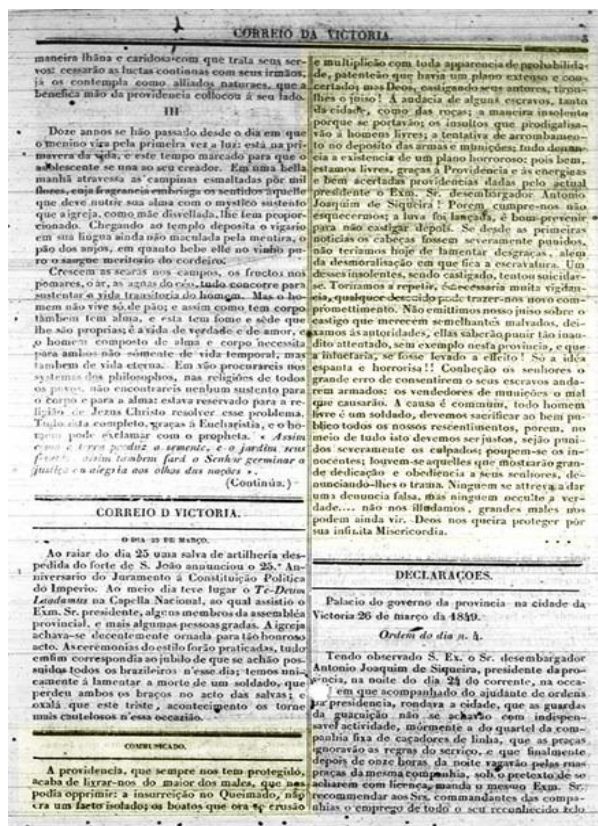
Frei Gregório de Bene, missionário italiano que realizava missões religiosas nas redondezas, se propôs a fundar um templo “à Divina Majestade de Deus” no local, que era segundo ele “uma povoação de 5 mil almas que viviam na máxima ignorância, e inação, causa de tantos homicídios, de contínuos roubos, de frequentes embriaguezes, e de todos os vícios os mais abomináveis.” Por essa informação mais informal do missionário que pleiteava construir um templo em Queimado, se vê que o quadro populacional na região era similar entre meados do século XIX e o Censo de 1872.

Tendo o plano da obra em mãos e um terreno doado por uma senhora da região chamada Ana Maria, viúva de José dos Santos Machado, o padre pôs-se a obter os recursos para a construção da obra. Por seus escritos é possível ver que muitos ajudaram na missão religiosa para Deus e para a Santa Madre Igreja e “todos apressaram-se de carregarem comigo pedras sobre os próprios ombros, pequenos, e grandes, homens, e mulheres, brancos, e pretos, pardos, e mulatos, ricos e pobres”. Mas, como observador do trabalho, ele constatou que os que mais trabalharam e contribuíram na construção da Igreja de São José de Queimado foram os “pobres”, que auxiliavam com seus mais poucos recursos, trabalhando nos dias santos e feriados para a edificação da “importante obra”.

Por intermédio dos escritos de Afonso Cláudio, feitos a partir da “versão oral de algum fundamento” de um dos chefes do movimento ainda vivo na década de 1880, é possível imaginar que a Insurreição do Queimado tinha como um de seus principais elementos uma espécie de militarismo popular que, por meio da sensação de força e capacidade, daria maior legitimidade e eficácia à negociação conforme o planejamento. Assim, podemos constituir a hipótese de que o movimento daquelas pessoas escravizadas tinha uma espécie de ação de embaixada, que mediava a negociação, porém, alicerçados em uma força militar que foi pensada a partir da arregimentação de membros em várias regiões com vistas a dar mais eficácia à negociação. Segundo Afonso Cláudio, o líder Elisiário era esse mediador, articulando uma possível atuação do frei Gregório na aquisição de sua liberdade em função do trabalho feito em prol da religião com os senhores, por um lado; e por outro, com os chefes da insurreição que, por sua vez, faziam o fluxo da comunicação para os subchefes até os demais recrutados. Segundo o autor oitocentista, Elisiário,

[...] tão notável posição assumiu na conjuração, sabemos por informações respeitabilíssimas, tinha a compreensão bastante clara e desenvolvida, por haver estado em contato com homens de superior espírito. Escravo de um fazendeiro, irmão do dr. João Clímaco, não perdia ocasião de escutar a palavra do esclarecido varão, sob pretexto de amizade com Carlos, escravo daquele. (ROSA, 1999)

Além do trabalho braçal empenhado, o padre precisou fazer uma lista de apoio financeiro para a construção da Igreja, recolhendo de muitas pessoas contribuições inteiras e parciais, os quais eram juntados aos recursos que obtinha nas ofertas das Santas Missões, juntando vários esforços na construção da obra da igreja. Após meses de construção e dada por praticamente encerrada a obra, organizou-se uma missa em celebração ao dia do padroeiro do local, São José. E nesse dia 19 de março de 1849 aconteceu algo assustador que surpreendeu o Frei Gregório e a comunidade local que tinha se preparado para participar do momento religioso em homenagem ao santo. Um grupo de negros escravizados armados adentrou a igreja e aos gritos proclamavam a liberdade por meio de uma alforria que teriam direito em função do trabalho que tinham realizado no próprio templo. Entendiam que o trabalho dispendido na construção usando suas folgas e dias santos indenizaria seus senhores e os fariam alcançar a valiosa liberdade. Narrado o episódio por um jornal da época que o grupo revoltoso chegou a trezentas pessoas. As autoridades locais contataram as forças policiais e a revolta foi rapidamente retaliada gerando mortos e prisioneiros, pois agiram de maneira extremamente violenta. Os envolvidos no levante foram julgados no dia 31 de maio de 1849 no espaço da Câmara Municipal de Vitória por meio de um júri extraordinário, convocado especialmente o ajuizamento do crime grave pelo qual eram acusados os cativos que participaram da revolta. A acusação de insurreição, passível de pena de morte na época, recaía sobre eles. Conservou-se a sessão de júri permanente até o dia 2 de junho do corrente e, neste dia, às 10h da manhã saiu a sentença. Para cinco deles foi sentenciada a pena capital já que foram considerados “mentores” do movimento. Outros 25 foram sentenciados à açoites e seis foram absolvidos. Quatro foragidos não chegaram a ser julgados. A descrição sumária dita no parágrafo anterior tem resumido a história da revolta de escravos que ocorreu em meados dos oitocentos capixaba nos termos que é lembrado no presente.



Disponível em <http://revoltadequeimados.com>. 13 de agosto de 2024

Ao que se refere ao frei Gregório Maria de Bene, este publicou uma carta no Correio da Victoria, na edição 28, de 21 de abril de 1849, defendendo seu caráter sacerdotal. Na carta, que é seu juramento de inocência, alega que foi vítima de um “aleive malicioso” que os “negros captivos” levantaram na Freguesia contra sua pessoa. Posteriormente, o frei foi transferido para outra provincia, tendo que prestar contas à Corte. A Insurreição de Queimado, entretanto, não foi um acontecimento isolado. Encontram-se nas fontes trechos que mencionam outras pequenas revoltas nas circunvizinhas de Queimado. Ademais, a primeira metade dos oitocentos no Império do Brasil, fora marcado por um extenso histórico de revoltas escravas. Nesta lógica, precisamos entender a diferença entre os termos “insurreição”, “rebelião” e “revolta”. De acordo com o Título IV do Código Criminal, a “rebelião” e a “insurreição” se qualificam da seguinte forma:

## CAPITULO II

### REBELLÃO

Art. 110. Julgar-se-ha committido este crime, reunindo-se uma, ou mais povoações, que comprehendam todas mais de vinte mil pessoas, para se

perpetrar algum, ou alguns dos crimes mencionados nos artigos sessenta e oito, sessenta e nove, oitenta e cinco, oitenta e seis, oitenta e sete, oitenta e oito, oitenta e nove, noventa e um, e noventa e dois. Penas - Aos cabeças - de prisão perpetua com trabalho no gráo maximo; de prisão com trabalho por vinte annos no médio; e por dez no minimo.

#### CAPITULO IV

INSURREIÇÃO Art. 113. Julgar-se-ha commettido este crime, retinindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força. Penas - Aos cabeças - de morte no gráo maximo; de galés perpetuas no médio; e por quinze annos no minimo; - aos mais - açoutes. Art. 114. Se os cabeças da insurreição forem pessoas livres, incorrerão nas mesmas penas impostas, no artigo antecedente, aos cabeças, quando são escravos. Art. 115. Ajudar, excitar, ou aconselhar escravos á insurgir-se, fornecendo-lhes armas, munições, ou outros meios para o mesmo fim. Penas - de prisão com trabalho por vinte annos no gráo maximo; por doze no médio; e por oito no minimo.

A partir destas definições, podemos entender que a utilização do termo “revolta”, está atrelado a um sentido mais generalizado de se revoltar a alguma coisa ou a alguém. Entretanto, quando observamos a distinção entre Rebelião e Insurreição, identificamos algumas especificidades que são interessantes discuti-las. A insurreição, portanto, era um crime praticado por pessoas escravizadas. A distinção entre escravos e não escravos é relevante pois é apenas na Insurreição que o escravo é o protagonista. Na descrição, ainda no Código Criminal, das demais categorias: Conspiração, Rebelião, Sedição e Resistência, não há marcação de grupos sociais, sendo generalizante. Do mesmo modo, é apenas na Insurreição que se apresenta o específico motivo de conquistar a “liberdade por meio da força”, nas outras categorias supracitadas, os motivos estão envoltos na tentativa de subverter a Constituição e as garantias por ela asseguradas, algumas, inclusive, que atentasse contra a soberania do monarca.

Sobre as penas impostas, a insurreição é a única que prevê a pena de morte em grau máximo aos “cabeças”. Aos demais subordinados, é prevista a pena de açoites, sendo presente, também, apenas na Insurreição. Assim, é possível imaginar que a definição da Insurreição foi pensada, exclusivamente, para pessoas escravizadas que se reuniam contra o sistema escravista. Visando o contexto de diversas revoltas eclodindo pelo território imperial, sendo em grande maioria,

protagonizadas pela população negra escravizada, formas de tentar conter esta atividade passou a ser requisitada pelo Parlamento. Quando comparado com as demais penas, é perceptível que as de Insurreição são as mais duras, uma vez que a pena de morte, de galés perpétua e de açoites, fora largamente utilizadas para punir pessoas escravizadas. Assim, podemos começar a entender a lógica que pautou as penas impostas aos insurgentes da Insurreição de Queimado.

Porém, acredito que analisar essa história por meio da obra de Afonso Cláudio, permite adentrar aos fatos de forma surpreendente e reveladora das particularidades do planejamento e da ação dos envolvidos, ainda que seja o contato com o pensamento daquelas personagens de forma secundária pelo crivo de um homem branco da elite da época. Afonso Cláudio era, todavia, “a priori” um jovem envolvido com o movimento abolicionista e com os movimentos de libertação escrava do momento histórico, por meio de sua atuação como advogado, com inserção nas redes solidárias de libertação. Enfim, trata-se de um contato com um trabalho que sistematizou um conhecimento com base na tradição que se tinha do evento, dos documentos mais importantes que se pôde encontrar e ainda tendo a possibilidade de ter abordado e entrevistado as pessoas que viram e até mesmo lideraram o movimento.

A obra de Afonso Cláudio alcança tanto o valor quanto as limitações da obra na visão preconceituosa do autor inferindo-se como homem de seu tempo. Não obstante fosse um jovem envolvido nas causas progressistas de seu tempo, vivia também as ambiguidades decorrentes da mentalidade e das visões racistas da época em relação às capacidades dos elementos de origem africana. Segundo Campos (2000):

Os escravos não queriam colocar-se à margem da sociedade e nem reestabelecer um modo “africano” de viver. O objetivo deles era, sobretudo alcançar a liberdade de forma oficial e perante todos, através do documento que conheciam bem - a carta de liberdade.

De acordo com o texto acima, os escravizados que trabalhavam na construção da igreja de Queimados, enxergavam que a troca de seus serviços, era um meio legítimo de conseguir a tão sonhada liberdade.

#### **4. CAPÍTULO III**

##### **4.1. DESDOBRAMENTOS DA INSURREIÇÃO DE QUEIMADO PARA A POSTERIDADE**

Ao longo dos anos de cultura escravocrata do Brasil, a atividade de resistência escrava sempre imperou por todo território nacional. Logicamente, esses processos se alteraram com o passar do tempo e do contexto histórico e social. Mas entende-se que até o final do século XVIII, imperou a resistência individual, como as fugas e a formação de quilombos. Tais táticas de existência obtiveram formas distintas de tentativa de controle, como a criação do “capitão do-mato”, que se deu no processo de controlar as fugas para os quilombos, como também, os próprios quilombos, passando a serem definidos como um agrupamento de cinco ou mais pessoas escravizadas encontradas em território despovoado. A definição, que tinha como intuito controlar tais grupos, acabou sendo agigantada em decorrência do crescente número de relatos e denúncias, o que dificultou seu controle (REIS, 1995, p. 17 - 18).

Tais processos exigiram das pessoas escravizadas a readaptação às novas condições de resistência e de sobrevivência, o que na verdade não era grande desafio, uma vez que elas sempre se atentaram aos hábitos do cotidiano da sociedade livre. A própria escolha da data da revolta escrava era definida a partir do calendário dessa sociedade. João José Reis apresenta que era comum as revoltas serem deflagradas em dias de festividade religiosa, uma vez que o relaxamento senhorial era esperado e a facilidade para encontros sem levantar suspeitas era sentida (REIS, 2012, p. 125).

A exemplo, a Insurreição de Queimado, como já foi dito, se deu num dia de festividade religiosa, a inauguração da igreja, no dia de São José, onde os senhores e seus familiares estariam reunidos com a guarda baixa. Sendo este um excelente momento para revolta, assim que obtiveram a certeza que suas alforrias não seriam proclamadas, iniciou-se a Insurreição.

O mesmo esquema ocorreria na Revolta dos Malês, em Salvador, na Província da Bahia, em 1835. Inicialmente a revolta também se daria em um dia santo, em 25 de janeiro de 1835, dia de Nossa Senhora da Guia, mas devido a denúncia que alertou o corpo militar de Salvador, a Revolta foi tomada pela improvisação. Além disso,

entendendo a engrenagem do sistema escravista e toda a violência que nela consiste nem toda revolta visava a abolição em si, algumas apenas exigiam melhores condições de trabalho, ou iam contra os severos castigos dos senhores, ou até mesmo por expectativas alimentadas por leis aprovadas, como o caso da revolta ocorrida na Vila de Itapemirim, também na Província do Espírito Santo, em 1831, na qual os envolvidos interpretaram a lei de 7 de novembro de 1831 como emancipatória e, assim, organizaram-se em revolta exigindo a liberdade. Independente da intenção da revolta, ela protagonizou o contexto escravista do século XIX e fomentou a preocupação que a sociedade branca passou a nutrir com a elevada quantidade populacional de pessoas escravizadas no território imperial. (REIS. 1996, p. 29).

Segundo Marcos Ferreira de Andrade, após os anos iniciais da Lei de 07 de novembro de 1831, ocorreu um aumento significativo do tráfico atlântico de escravizados, sendo neste mesmo período que também se intensificou a rebeldia escrava, pontos estes que “reforçaram o fantasma do “haitiniano”, reflexo da revolução do Haiti no Brasil e o temor de uma insurreição escrava de grandes dimensões, que escapasse ao controle das autoridades e dos agentes de repressão” (ANDRADE, 2017). Outrossim, o mesmo autor também adverte que a memória da Revolta de Carrancas (1833) e da Revolta do Malês, ecoaram por boa parte do século XIX, visando justificar a manutenção da Lei de junho de 1835. Tal contexto não era diferente no território capixaba, uma vez que o medo informou a resposta dada à Insurreição de Queimado. Apesar da Província do Espírito Santo não ser um dos maiores centros de presença populacional escravizada no Brasil, ao ler as edições do Correio da Victoria<sup>14</sup>, jornal que cobriu todos os acontecimentos da Insurreição, era bastante evidente o medo e a preocupação da sociedade, e do próprio periódico, advindos de possíveis levantes escravos. Em suas páginas encontram-se pedidos de cautela e vigilância sobre a população escravizada e questionava seu acesso a armas e munições, além de cobrar do governo e da polícia a punição severa e exemplar aos insurgidos. Na edição 23, de 04 de abril de 1849, entre a terceira e a quarta página, o editor escreve e publica uma carta aos leitores referindo-se à Insurreição de Queimado como o “maior dos males” e que a “providência”, ou seja, Deus, havia os livrado desse mal.

Insurreição, era bastante evidente o medo e a preocupação da sociedade, e do próprio periódico, advindos de possíveis levantes escravos. Em suas

páginas encontram-se pedidos de cautela e vigilância sobre a população escravizada e questionava seu acesso a armas e munições, além de cobrar do governo e da polícia a punição severa e exemplar aos insurgidos. Na edição 23, de 04 de abril de 1849,<sup>15</sup> entre a terceira e a quarta página, o editor escreve e publica uma carta aos leitores referindo-se à Insurreição de Queimado como o “maior dos males” e que a “providência”<sup>16</sup>, ou seja, Deus, havia os livrado desse mal.

A Província do Espírito Santo sempre esteve intimamente ligada à vida religiosa, a própria formação da capital e suas redondezas estão relacionadas à construção de pequenas capelas, arquitetura e símbolos religiosos, bem como à presença de companhias religiosas ao longo da sua formação. A narrativa do periódico deixa evidente que a revolta escrava, no caso de ser bem-sucedida, poderia ser compreendida como castigo de Deus, motivado pela falta de vigia dos senhores sobre seus escravos, a quem era comum portar e mesmo comprar armas de fogo e munições.

A Insurreição do Queimado se caracterizou como um movimento de escravizados inseridos em uma complexa rede social e cultural heterogênea. Neste período, a sociedade capixaba, assim como a do restante do Brasil, não pode ser compreendida somente pela relação senhor x escravo; pode-se afirmar que os círculos sociais se encontram em um momento de profundas transformações. No artigo intitulado “Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória, no final do século XIX” (2004), Geraldo Antonio Soares afirma que essa sociedade do século XIX, em que há a instituição do trabalho forçado, se encontra em crise, ao mesmo tempo em busca uma solução, pressionada pelos fazendeiros do café. As variadas formas de resistência negra à escravidão, como fuga, formação de quilombos, assassinato de senhores, encontram-se no campo da ilegalidade, e os negros escravizados na região do Queimado tinham como objetivo a conquista da carta de alforria, ou seja, a busca pela inclusão social, como homens donos de sua liberdade. Mesmo na condição de cativos, os trabalhadores negros escravizados haviam conquistado alguns espaços de liberdade, tendo, inclusive, uma hierarquia informal entre eles, com lideranças capazes de juntar pessoas para o trabalho e de negociar com as autoridades locais, quer fossem sacerdotes da igreja católica, quer fossem seus senhores.

Os espaços de liberdade são confirmados com a presença dos escravos de “ganho”, com a legalização do casamento entre cativos, com a folga semanal e com o direito

de se ter o próprio cultivo para ajudar na alimentação familiar. Porém, os escravos insurgentes no Queimado tinham, como objetivo, a conquista da carta de alforria, e, para isso, arquitetaram, segundo Afonso Cláudio (1884), um plano que consistia na conquista da liberdade garantida pela lei. Na verdade, não propunham uma ruptura de sistema, mas, sim, queriam à sua inclusão no seio daquela sociedade, como homens livres, trabalhadores, aptos e adaptados ao sistema de produção do século XIX, isto é, com capacidade de negociar sua mão de obra e de definirem seu próprio destino. As memórias de fatos ocorridos no passado são particularmente importantes na medida em que se transformam em um referencial de construção de identidade. No caso do Espírito Santo, acredita-se que, a partir da década de 1990, começam estudos mais aprofundados acerca da presença do negro e da sua trajetória histórica, principalmente a do século XIX. Porém, não se pode negar a importância dos pesquisadores, dos biógrafos, dos ensaístas e dos literatos que se dedicaram a escrever a história do negro, principalmente no período correspondente à escravidão. Mesmo com toda a carga de preconceito e da discordância social para com esses estudiosos, não se pode negar que foi através deles e de seus estudos que é possível, hoje, a construção de um caminho para o passado.

É impossível falar na Insurreição de Queimados e não mencionar as memórias étnicas que o acontecido traz e estabelecer uma conexão entre passado e presente. Para Le Goff (1924):

Pareceu preferível, para valorizar melhor as relações entre a memória e a história, que constituem o horizonte principal deste ensaio, evocar separadamente a memória nas sociedades sem escrita antigas ou modernas – distinguindo na história da memória, nas sociedades que têm simultaneamente memória oral e memória escrita, a fase antiga de predominância da memória oral em que a memória escrita ou figurada tem funções específicas; a fase medieval de equilíbrio entre as duas memórias com transformações importantes das funções de cada uma delas; a fase moderna de processos decisivos da memória escrita, ligada à imprensa e à alfabetização; e, por fim, reagrupar os desenvolvimentos do último século relativamente ao que Leroi-Gourhan chama "a memória em expansão".

Embora memória e história tenham sinônimos distintos, uma tange ao que é vivo, mudando e movimentando-se, evoluindo e a outra perpassa o tempo e pertence a todos e a ninguém ao mesmo tempo. A memória e a história da Insurreição de Queimados é uma história que ecoa, apesar do passar dos anos.

O legado da insurreição de Queimado está relacionado principalmente ao fortalecimento da memória coletiva sobre a resistência popular e a luta contra a exploração. Embora o movimento tenha sido derrotado pelas forças coloniais, ele teve um impacto duradouro nas gerações seguintes. A insurreição contribuiu para o aumento da conscientização social e política entre as camadas mais pobres e escravizadas da sociedade colonial.

Além disso, a insurreição de Queimado foi parte de um ciclo de revoltas que se espalharam pelo Brasil, como a Revolta dos Malês, a Revolta de Beckman e outras, que refletiam a crescente insatisfação das camadas oprimidas. Tais movimentos inspiraram as gerações seguintes, incluindo os que participaram da luta pela independência do Brasil no século XIX.

A insurreição de Queimado, ao lado de outras revoltas no período colonial, também ajudou a moldar a memória de uma resistência popular contra a opressão e a injustiça. No entanto, há muito poucos registros históricos que detalham o evento, muito de seu legado se perdeu com o tempo, sendo, muitas vezes, lembrado apenas em estudos históricos e relatos orais.

Em termos de memória histórica, a insurreição de Queimado destaca-se como um símbolo da luta contra o colonialismo, a exploração e a marginalização, valores que se entrelaçam com as ideias de liberdade e igualdade que emergiriam mais tarde no contexto da independência e nas primeiras lutas republicanas no Brasil.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano é 2024, e passaram-se 175 anos da Insurreição do Queimado: a data é sempre lembrada como um marco referencial de luta dos negros contra a escravidão, visto que é um acontecimento que marca o século XIX. Teve, no período referente, repercussões sociais e políticas. A rebelião ganhou grande repercussão em todas as instâncias da administração da então província capixaba, que se utilizou de meios repressivos violentos para esmagar a revolta. A proporção que o movimento alcançou está aliada ao fato de que poucas foram as revoltas e as insurreições escravas na província do Espírito Santo, no século XIX, bem como ao fato do número considerável de escravos que dela tomaram parte. Tudo isso fez da insurreição escrava, na freguesia do Queimado, a mais importante ocorrida na província do Espírito Santo, no século XIX. A história da insurreição faz parte de um processo maior, que se configura na luta dos trabalhadores negros escravizados em busca da sua liberdade, nos oitocentos, na província do Espírito Santo. Podemos verificar através das poucas fontes, porém essenciais para um trabalho valioso, que a insurreição não é um fato isolado, e deve ser pensada junto a um conjunto de iniciativas dos cativos em busca de espaços de liberdade. Não se pode afirmar com certeza que, nos oitocentos, havia um clima de revolução escrava na província capixaba; porém, podemos considerar que, o conjunto de ações dos escravizados aliado às fugas, à formação de quilombos e às poucas revoltas coletivas, a insurreição do Queimado constitui-se em uma janela por onde se pode ver parte da história da escravidão e da província, naquele período. O olhar construído durante essa narrativa é fruto de uma abordagem histórica que privilegia o destoante e o contraditório. A liberdade pretendida através da carta de alforria mobilizou cerca de trezentos cativos, a envolver a população local e as autoridades em uma guerra, que teve a duração de três dias. Mesmo com a condenação dos seus participantes, Queimado passou a representar a expressão máxima, na história do Espírito Santo, da luta empreendida pelos escravos na busca pela libertação. A insurreição do Queimado, ao longo dos anos, tornou-se um evento comemorado pelo movimento social negro, em escolas, e pelo Estado, que vem criando formas de preservar o patrimônio histórico da insurreição, como o tombamento do local, assim como a criação do Parque Histórico do Queimado. Uma estátua de Chico Prego, figura principal da insurreição foi erguida no centro da Serra, mesmo local onde fora enforcado; além disso, derivou-se a lei municipal de incentivo

à cultura, que leva o nome do líder insurgente. Deste modo, a insurreição se conserva como um evento histórico dos mais importantes da história recente do Espírito Santo, para que a luta do povo negro capixaba, juntamente com outras insurgências, como a dos Malês, representem o simbolismo das lutas dos negros escravizados de nosso país.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas Barras dos Tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS, 2003.

CARDOSO, Lavínia Coutinho, 1967- C268r *Revolta negra na Freguesia de São José do Queimado: escravidão, resistência e liberdade no século XIX na província do Espírito Santo (1845–1850) / Lavínia Coutinho Cardoso*. – 2008. 107 f.: il.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Gil, Antônio Carlos, 1946- *Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil*. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES & REIS, Flávio dos Santos e João José (org's.). *Liberdade por um Fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

[https://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg1-5.pdf](https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg1-5.pdf) jogandoarede.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. [1924]. Tradução de Bernardo Leitão... [et al.]. 3ª ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1994.p.475.

MOURA, José Clovis de: *A história do negro brasileiro*. Dandara – SP, 1ª edição. 2022.

REIS, João José. *A Revolta dos malês em 1835*. Companhia das Letras – SP, 3º ed. 2008.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense S.A.

ROCHA, Gilda. *Imigração Estrangeira no Espírito Santo: 1847- 1896*. Vitória, 2000.

ROSA, Affonso Cláudio de Freitas. *Insurreição do Queimado*. Vitória. EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança Pública, 1999.

SILVA & REIS, Eduardo e João José dos. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. 302 p.

SOARES, Geraldo Antônio. *Negros e Política: 1888-1937*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SOARES, Cotidiano, Sociabilidade e Conflito em Vitória no final do século XIX. *Revista de História*,

Vitória, v. 16, 2004, p. 57-80.

ZON, Isabela Basílio de Souza. O templo e a força: a história de uma insurreição imaginada. Vitória - ES: Pro Texto, 2013.p.182.

**FONTES ICONOGRÁFICAS**

Igreja de São José do Queimado, em 1945. Fonte: Revista Vida Capixaba, nº. 625, 1 945 – APES.